

é um dos países do mundo que menos investem em educação. São cerca de 3% do Produto Interno Bruto em educação. Isso é um absurdo. Todos os países que tiveram um incremento no desenvolvimento econômico e social no século passado e nos primeiros anos desse século investiram mais de 7% do PIB em educação. Os países que têm uma organização educacional já razoavelmente avançada investem mais de 5% do PIB em educação. O Japão, por exemplo, investe mais de 10%. O governo Lula tinha o compromisso de derrubar o veto do governo anterior no item de financiamento do Plano Nacional de Educação (PNE) aprovado pelo Congresso Nacional, em 2001. O Plano previa um programa de aumentar progressivamente os recursos para educação de 3% para 7% do PIB. Não são os 10% que o movimento docente reivindica, mas seria uma mudança significativa. O congresso aprovou o Plano, o (presidente) Fernando Henrique sancionou, mas vetou todos os itens que davam suporte econômico ao Plano, deixando-o sem condições de ser implementado. O governo Lula foi eleito mantendo o compromisso de derrubar o veto do governo anterior ao 7% do PIB para a educação. Mas, não derrubou o veto e tomou uma série de outras iniciativas que dificultam os repasses para a educação em geral. A falta de financiamento traz, para todos os níveis da educação, uma desestruturação da infra-estrutura física e humana das instituições públicas de educação e da carreira, porque o salário dos docentes fica comprometido por falta de reposição. Então, resolver a questão do financiamento do sistema de educação é fundamental e essa é a luta do ANDES-SN. Paralelamente a isso, o governo precisa dar satisfação à sociedade e fazer de conta que ele está preocupado com a questão. Não mexe na questão do financiamento, mas faz uma série de programas como: PROUNI, REUNI, Programa de educação a distância e programas de cursos seqüenciais de menor duração. Ou seja, faz uma série de programas que não significam novos recursos significativos para a educação e que acabam por sobrecarregar ainda mais os docentes e a infra-estrutura das universidades com uma série de atividades que não se relacionam diretamente com a atividade acadêmica, que é o ensino, a pesquisa e a extensão. É preciso parar com essa perspectiva de que a universidade e os docentes têm que ser empreendedores, inovadores e tem que captar recursos. Quem tem que captar recursos é o Estado. O problema é que o governo destina os recursos públicos para o sistema financeiro e não para fazer a função primordial de qualquer sociedade organizada: direito à saúde, educação, segurança e transporte.

**P- De que forma o sr. avaliou a recente portaria do MEC com o objetivo de**



**regulamentar ou “moralizar” a atuação das fundações de apoio?**

**R-** Essa portaria não vai sanar os problemas e vou explicar o porque. Vou fazer um retrospecto da questão das fundações privadas de apoio. Elas se apresentam para captar recursos públicos supostamente para beneficiar ou para fazer projeto que seria de interesse da universidade, mas, que, na verdade são projetos de administração ou de gerenciamento ou de consultoria que poderiam ser feitos por empresas privadas, por profissionais de fora da universidade e que não têm vínculo com o desenvolvimento da ciência e da pesquisa, que só a universidade faz. Baseado nessa suposta parceria com a universidade, elas (fundações) captam os recursos sem licitação e acabam investindo esse recurso na sua própria infra-estrutura, dessa entidade privada dentro da universidade e, ainda, direciona os recursos públicos para empresas privadas e para a complementação salarial de docentes que participam da fundação. Tudo isso é uma aberração, fora da legislação que rege tanto a universidade quanto as entidades da sociedade civil e fora dos procedimentos licitatórios e de administração de verba pública. Na realidade, basta cumprir o que está previsto na legislação atual para impedir esse tipo de distorção. A hora em que o MEC publica uma portaria dizendo que as universidades vão indicar um terço do conselho curador de fundação, ele passa por cima da legislação constitucional, da infra-constitucional, que diz que órgão público não pode se ocupar do gerenciamento da criação e da administração de entidade privada, e essas fundações são privadas. Na hora que ele diz que nos projetos de pesquisa das fundações, dois terços dos participantes deverão ser docentes da universidade, obriga a universidade a ceder seus quadros para executar

**“Portaria do MEC sobre fundações só agravará o problema”**

projetos de interesse de fundação e que não tem vínculo com a atividade de pesquisa acadêmica. Então, no bojo da crise, o MEC vem com um projeto de 'solução' que só vai agravar o problema. E essa denúncia é preciso ser feita e vai ser feita pelo ANDES, mas é preciso que ela tome dimensão pública para impedir mais essa aberração da atitude governamental. Não é assim que vão ser resolvidos esses problemas.

**P- Que estratégia esse grupo que está assumindo tem, ou de que forma pensa, a questão da mobilização da categoria docente. A última greve foi em 2005, que foi longa, e de lá pra cá teve duas tentativas a partir do insucesso da negociação com o governo de realizar uma nova greve. Isso não se concretizou e a gente observa, em Santa Maria, mesmo quando se coloca em pauta a discussão de indicativo de greve, não há comparecimento. O sindicato pensará em usar algum outro tipo de estratégia?**

**R -** A gente não pensa em usar outro tipo de estratégia não. A gente sabe que esse tipo de desmobilização tem suas razões. Eu citaria, entre elas, a absoluta sobrecarga de trabalho a que os docentes estão submetidos. E a capacidade do ser humano para disponibilizar tempo para diferentes atividades, tem limites, e quando as pessoas estão sobrecarregadas por falta de professor, por excesso de carga didática, por uma pressão pra fazer pesquisa mesmo sem infra-estrutura, entre outra série de atividades que antigamente era feita com apoio de funcionários e hoje está tudo na mão do docente. Então, esse é um problema. O outro problema é a perspectiva totalmente individualista que as administrações universitárias e os órgãos de fomento têm colocado, somado às políticas governamentais,

para os quais não interessa o trabalho em equipe, mas sim o sucesso pessoal. E te empurram para a perspectiva do individualismo e da competição, e não da cooperação que sempre caracterizou a atividade universitária. A universidade não deveria trabalhar na perspectiva de ser linha de produção. Ela não é linha de produção. Ela é uma entidade que tem características próprias e que tem um tempo de maturação, de proposta, de projeto de trabalho. Então, isso soma com a sobrecarga, com a perspectiva do individualismo e o desdobramento da perspectiva do individualismo na perspectiva do seguinte: o estado vai te garantir um salário mínimo e você procura complementar seu salário com projetos de iniciativa pessoal. Essas três coisas atingem as pessoas, em cada uma delas, de maior ou menor grau e isso leva a desmobilização. Não tem mágica para resolver esse problema. Tem trabalho duro e contínuo permanente de resgatar a dignidade salarial da categoria e conseguir dar um breque nessas entidades que ficam aí militando e perturbando os docentes no sentido de “venha para a fundação você também, trabalhe pra gente e complementa teu salário”. E isso tudo dificulta a mobilização. E nós vamos continuar lidando com essa realidade, fazendo o trabalho do sindicato. E acreditamos que muito do que está acontecendo hoje em dia vai contribuir pra reverter esse quadro. Nos anos 90 tivemos os mesmos problemas com as fundações e ninguém dentro e fora da comunidade universitária estava preocupado com a questão. Se estão estourando esses escândalos, agora, foi porque nós fizemos a documentação disso, nós levamos para o Ministério Público, nós entregamos para a CPI das ONGs. Então, acredito que vamos começar a reverter esse quadro adverso. Por mais que seja demorado e difícil. Não temos nenhuma perspectiva de trabalhar, como outras entidades procuram trabalhar para se legitimar, através de mecanismos que só levam ao isolamento e ao individualismo ainda maior do que aquele que já está em vigor e que nós combatemos como essa história de consulta eletrônica, a relação entre a entidade é numa telinha de computador, etc. A relação com a entidade é através da participação das atividades dela. A telinha do computador pode ser útil para levar a informação de forma rápida, mas não para virar instância de deliberação ou instância de relacionamento, não só na entidade sindical, mesmo nas universidades. A gente vai manter nossa linha de ampliar participação nas questões de interesse da categoria, no trabalho nos nossos grupos de trabalhos e vamos, aí sim, procurar agilizar a comunicação em relação aos processos que estão em curso no sindicato.

(\* Colaboração de Najla Passos, da Assessoria de Imprensa do ANDES-SN)